

PT DE CARA NOVA COM POLÍTICAS INOVADORAS

Contribuição ao debate

Jilmar Tatto

Quando o povo brasileiro retomou o direito de eleger pelo voto popular os prefeitos das capitais de estados, nos sete pleitos eleitorais que houve, o Partido dos Trabalhadores venceu em duas ocasiões, em 1988 e 2000, na capital paulista, cidade que está entre as dez mais ricas do mundo. Agora é chegado o momento de retomarmos a hegemonia política. E nessa perspectiva apresentamos, aqui, uma contribuição ao debate acerca das nossas tarefas e desafios para vencermos as eleições em 2012.

A exemplo da política nacional é inquestionável a necessidade de estabelecermos uma política de alianças na capital. A referência, naturalmente, é a partir do bloco partidário que dá sustentação ao governo da presidenta Dilma. Mas há que se observar as especificidades locais. Não se aplica a transposição do cenário político do Planalto para cá de maneira automática, já que a grande maioria dos partidos adota práticas e alianças diferenciadas nas esferas federal, regional e municipal.

Nossa política de alianças deve ser consistente do ponto de vista da ação programática e ampla em relação a sua base de sustentação para governar São Paulo. E nessa direção coloca-se desde já, como vem fazendo a bancada de vereadores petistas, a atuação firme de oposição para derrotar o consórcio DEM/PSDB que está à frente do governo paulistano. É nosso dever evidenciar suas contradições e equívocos administrativos, como demonstraremos adiante. Aliás, não é por acaso que a cada pesquisa cai mais e mais o índice de aprovação da atual administração municipal.

Da tradição petista e pela sua expressão política como principal e mais forte partido de oposição em São Paulo, parece óbvio que o arco de aliança a ser construído deve ter como referência uma candidatura própria do PT à prefeitura paulistana. Nosso Partido tem significativa representação parlamentar, experiências positivas de governo e, principalmente, base social e capilaridade junto aos movimentos organizados da cidade. São elementos suficientes para credenciá-lo a apresentar o nome do candidato à sucessão do atual prefeito na frente partidária que construiremos em ampla coalizão com outras legendas.

Cabe à direção do PT da capital o protagonismo na condução desse processo que se inicia. Contudo, pela importância dessa verdadeira cidade-estado, terceiro maior orçamento do Brasil e uma das mais importantes metrópoles do mundo, as direções estadual e nacional do nosso Partido devem acompanhar de perto as movimentações políticas da cidade de São Paulo na perspectiva de contribuir nas formulações do programa de governo, alianças e estratégia de campanha necessárias para que o PT venha a ser governo pela terceira vez na capital paulista.

Diferentes realidades para cada eleição

Nossas duas vitórias eleitorais em São Paulo representam valioso acúmulo de experiência para o Partido, mas também as derrotas devem nos servir de aprendizado para entender as circunstâncias do momento político. Em ambos os casos, no entanto, tiramos lições que servirão de base para nos preparar para as próximas eleições. Nos momentos de êxito que tivemos vivíamos uma conjuntura específica, seja pelo quadro da política nacional na primeira vitória (1988), seja pelo intenso desgaste político e moral do governo local, em relação à nossa segunda conquista (2000).

Já nos casos de derrotas, a primeira evidência que se constata é o isolamento e o sentimento anti PT que se apregoa na população, através dos mais diversos meios e artifícios. Essa questão não está em debate nesse momento, mas pode ser retomado de acordo com os interesses dos nossos adversários. Um dos casos mais emblemáticos nesse sentido foi a eleição de 1992, quando um certo *jingle* de campanha dizia: “*não temos nada contra o Suplicy, só não queremos o PT mandando aqui*”.

Nosso Partido tem base social, tem capilaridade junto aos movimentos organizados, mas seu alcance não ultrapassa a casa dos 35% do eleitorado paulistano. Além disso, cada eleição tem a sua particularidade, sua realidade específica. Daí a necessidade de uma leitura e interpretação corretas do momento político. A nosso ver, se não errarmos muito poderemos ter uma conjuntura favorável pela frente. O governo municipal atual vive processo de derrocada política, os partidos que lhe dão sustentação passam por crise de divisão interna e rachas sem precedentes.

O nosso Partido, com a vitória da presidenta Dilma, se consolida como um dos principais protagonistas da cena política brasileira.

O “modo PT de governar” que no plano federal teve início em 2003, na gestão do presidente LULA, e tem continuidade com a presidenta Dilma assim comprova pelas iniciativas. Do controle da inflação aos investimentos em infraestrutura; dos recordes de geração de emprego à ampliação das escolas técnicas e universidades públicas federais; da distribuição de renda com aumento do salário mínimo e aumentos reais nos salários ao Bolsa Família; da acertada política internacional ao respeito às liberdades individuais e coletivas em fortalecimento à democracia brasileira.

Novo momento, novos desafios

De posse de seu capital político e eleitoral, ao PT paulistano cabe a tarefa de interpretar, compreender e atuar frente ao momento por que passamos e aos desafios que nos esperam, em 2012. Esse é o nosso grande compromisso: desde já preparar e organizar nosso Partido para os caminhos e alternativas rumo à retomada da hegemonia política em nossa São Paulo.

Nessa direção, se é verdade que temos enraizamento nos movimentos sociais, também é fato a necessidade de trazê-los para a vida partidária. É preciso unificar e fortalecer a atuação de tal maneira que as reivindicações populares dos mais diversos segmentos sociais organizados ecoem com força no campo institucional, junto a autoridades diversas (Executivo, Legislativo, Judiciário). E o PT, como sempre fez, precisa se colocar ao lado, como legítimo porta-voz dessas lutas sociais.

Outra necessidade urgente: recuperar e reapropriar-se das bandeiras históricas das administrações petistas na capital. O Bilhete Único e os corredores de ônibus Passa-Rápido, a educação de qualidade com a criação dos CEUs, as inovadoras iniciativas de apoio ao estudante com uniformes, kit escolar e merenda de boa qualidade, o fortalecimento das subprefeituras. Esse conjunto de ações é que veio a dar consistência ao que convencionamos chamar de “modo PT de governar”. Logo, devemos desde já evidenciar a deterioração dessas conquistas desde que o PT deixou de ser governo, de 2005 para cá.

São Paulo à frente de seu tempo

Nas duas ocasiões em que o PT sagrou-se vitorioso nas eleições à prefeitura de São Paulo, além da conjuntura específica que o partido soube muito bem interpretar através

de suas candidaturas naquele momento, um dos grandes destaques foi a inovação, a cara e a roupagem com que nos apresentamos, sem prejuízo de nossa identidade política. Tanto em 1988 como no ano 2000, o eleitorado paulistano viu no PT a expressão de uma alternativa política para governar a capital paulista.

Apresentar-se como o novo sem a negação de nossa história e nossa trajetória. Esse é um dos desafios que temos para 2012. Um PT afinado com a São Paulo que está à frente de seu tempo, capaz de formular uma proposta que vá ao encontro dos anseios do povo paulistano, de apresentar um discurso que seja compreendido e assimilado por todos os segmentos sociais da cidade.

Seja do ponto de vista das necessidades estruturais da cidade, tais como transporte público, infraestrutura urbana, moradia e educação, entre outros, seja pela ótica da cultura e razões filosóficas do nosso povo, em cada canto dessa cidade, ao PT cabe o desafio de vencer e convencer apresentando formulações e propostas para as chamadas questões objetivas e subjetivas demandadas pela população. O que exige de nós a elaboração de um Programa de Governo que dê conta da diversidade que é a nossa metrópole.

Ao lado das questões e embates locais, contam em nosso favor, rumo à retomada da hegemonia política na capital, as ações do governo federal em solo paulistano através de investimentos de natureza diversa, em todas as áreas. É um capital político que devemos lançar mão desde já divulgando e propagandeando cada benefício trazido pelo presidente LULA e pela presidenta Dilma para a população desta cidade. E, para nosso conhecimento, vamos a alguns deles.

Capitalizar a presença do governo Dilma na capital

O Governo Federal petista vem estabelecendo parcerias com estados e municípios com vistas a liberar recursos para a execução de diversos programas nas áreas da saúde, educação, direitos humanos, cultura, assistência social, transporte público, saneamento e habitação, entre outros. E os municípios representam campo fértil da aplicação de diversas políticas públicas exitosas como o programa Bolsa Família e os Territórios da Paz que ajudaram a melhorar a vida dos seus cidadãos. A cidade de São Paulo, é claro, está nesse contexto.

São Paulo, estado e capital, vêm sendo significativamente contemplados com os repasses de verbas federais. Em 2004 foram repassados R\$ 13,7 bilhões para o Estado e R\$ 1,7 bilhão à capital. Já em 2010 os valores foram de R\$ 27,1 bilhões e R\$ 4,1 bilhões,

respectivamente. Em seis anos, os valores dos repasses federais praticamente dobraram. Entre 2007 e 2010 o Estado paulista recebeu mais de R\$ 97,4 bilhões. Para a cidade de São Paulo veio um montante de R\$ 14 bilhões em transferências.

O capital papel da capital no desenvolvimento do País

São Paulo já conta com 11.244.369 milhões de habitantes de acordo com o Censo IBGE 2010. É a sexta maior cidade do planeta e possui o 10º maior PIB do mundo. Destaca-se como principal centro financeiro e econômico da América Latina, além de ter forte vocação turística e cultural. Ao lado de outros municípios populosos, como São Bernardo, Guarulhos e Osasco, entre outros, dos 39 da região metropolitana, é a quarta maior concentração urbana do mundo, aproximando-se dos 20 milhões de habitantes.

Toda essa grandiosidade, infelizmente, ainda não coloca a capital paulista nos melhores lugares do desenvolvimento urbano e social. E isso fez a cidade receber um olhar especial do Governo Federal ao planejar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem promovido investimentos em infraestrutura logística, energética e social e urbana em todo o País, com o objetivo de romper barreiras e superar limites.

O PAC já contemplou a capital com R\$ 3,6 bilhões em obras de saneamento; R\$ 2 bilhões em obras de habitação; R\$ 3,6 bilhões em obras do Rodoanel; R\$ 2,1 bilhões na expansão da Linha-2 do Metrô e mais R\$ 94 milhões nas obras do Corredor Expresso Tiradentes, nesses últimos quatro anos. Os investimentos federais estão mudando a vida de muitas pessoas, urbanizando favelas que sofriam com a falta de coleta de esgoto e construindo moradias para muitas famílias sem-teto. Cabe ressaltar que no PAC há abertura para a participação dos movimentos sociais que por meio de suas entidades tem acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para a construção de moradias populares.

Heliópolis, a maior favela do Brasil, situada na região sudeste da cidade, com cerca de 60 mil habitantes, recebeu melhorias de infraestrutura e ações de regularização fundiária, para conceder título de propriedade dos domicílios. A urbanização de Heliópolis, segundo o Ministério das Cidades, compreende a construção de 1.895 moradias, pavimentação de ruas e vielas, implantação e execução de escadarias de acesso e implantação de espaços de lazer, como praças, parques infantis e áreas verdes. Obras de drenagem, iluminação pública, contenção de encostas e estabilização do solo em diversos trechos

também estão previstas no projeto. O Complexo terá também melhoria das condições sanitárias com ampliação e melhoria das redes coletoras de esgoto e abastecimento de água.

Outra favela beneficiada pelo PAC é a de Paraisópolis, na região sul da capital, beneficiando mais de 28 mil famílias com a construção de cerca de mil moradias populares, uma unidade básica de saúde, um ponto de assistência médica ambulatorial, uma escola, um centro de educação infantil e muros de contenção de encostas, para eliminar riscos de deslizamento.

O PAC previu também obras de urbanização em 45 favelas na região das represas Guarapiranga e Billings, que vão melhorar a qualidade dos mananciais que abastecem de água cerca de cinco milhões de pessoas da Grande São Paulo. Serão construídas 5.340 novas unidades habitacionais para receber parte da população que será realocada. Ao todo, cerca de 11 mil famílias serão beneficiadas pela urbanização da área em que vivem.

Ainda na gestão do presidente Lula o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, foi convidado a participar das discussões do PAC-2, que vai de 2011 a 2015, para definir prioridades de obras na capital paulista e assim encontrar alternativas definitivas para os problemas das enchentes, saúde, transporte e segurança.

A Copa do Mundo em 2014, com previsão de abertura na capital paulista, é uma grande oportunidade para realizar os investimentos necessários em infraestrutura na cidade com aporte de recursos federais. A presidenta Dilma Rousseff já se reuniu com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o prefeito da cidade, Gilberto Kassab, e os ministros Orlando Silva (Esporte) e Antonio Palocci (Casa Civil), para tratar de investimentos do governo federal no Estado e na capital com vistas ao evento.

Urgência de ações continuadas e permanentes

O Orçamento municipal para o exercício 2011 prevê que a Prefeitura de São Paulo deve ter cerca de R\$ 35 bilhões para executar suas ações. Isto significa cerca de 20% a mais do que em 2010. Com esse recurso financeiro a cidade de São Paulo tem asseguradas as condições para voltar a se sobressair nos cenários nacional e internacional com avanços em políticas públicas capazes de promover desenvolvimento econômico e redução das desigualdades sociais. Compromisso certo para o próximo governo da nossa Cidade, uma vez que o atual tem negligenciado na obtenção dos recursos federais disponibilizados.

De um lado, em razão do virtuoso momento da economia brasileira, cresce a capacidade orçamentária da cidade de São Paulo e de todos os municípios do País. Por outro lado, no entanto, na capital paulista, em razão de seu crescente endividamento causado de 2005 para cá, cerca de 20% do Orçamento municipal são comprometidos com pagamento de dívidas, o que reduz drasticamente o potencial de investimentos em políticas públicas e sociais em nossa metrópole.

Exemplo disso é que o governo municipal ao não aplicar recursos previstos no Orçamento para construção de “piscinões” e cortando verba da limpeza urbana, agravou o problema das enchentes. Se não bastasse, o socorro e as providências demoraram chegar, árvores ficaram caídas em vias públicas por dias seguidos, interrompendo a transmissão de energia elétrica e causando caos no trânsito pela falta de sinalização nos semáforos.

Lento nas ações de governo, porém muito rápido em cobrar tributos e multas, o que se verifica é o crescimento elevado na cobrança de multas devido a infrações à Lei Cidade Limpa e por calçadas esburacadas. Curiosamente, em anos eleitorais houve afrouxamento na fiscalização das propagandas. Neste ano, no entanto, em um só dia, os fiscais chegaram a aplicar cerca de R\$ 1 milhão em multas na região central. A mídia local noticiou que a Prefeitura fez contribuintes pagantes de parcela única receberem o carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo ao terceiro mês, ignorando o pagamento total do tributo feito anteriormente.

A saúde pública vai de mal a pior

A Lei nº 14.173, publicada em 26 de junho de 2006, compromete a Prefeitura de São Paulo com o estabelecimento de indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos. Com a Agenda 2012, assumida pela administração Kassab em 2009, São Paulo deveria tornar-se *Cidade de Direitos, Sustentável, Criativa, de Oportunidades, Eficiente e Inclusiva*. Lamentavelmente, o plano de metas para os quatro anos dessa administração está muito defasado, revelou o jornal Folha de S. Paulo. Ou seja, tal planejamento não foi e não é levado a sério.

No dito popular é comum dizer-se: “tendo saúde, tudo vai bem”. No entanto, os cidadãos paulistanos não têm muito a comemorar. Segundo dados de 2009, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital paulista possui apenas 540 estabelecimentos públicos de saúde, compreendendo espaços federais, estaduais e

municipais. Desse total, os estabelecimentos públicos com internação são apenas 46, reduzindo-se a 21 os locais com atendimento a especialidades.

As comunidades de Vila Matilde (Zona Leste), Parelheiros (Zona Sul) e Brasilândia (Zona Norte) estão à espera da construção dos novos hospitais, uma das promessas mais importantes do atual prefeito durante a campanha eleitoral de 2008. Apesar da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo anunciar a entrega de 1.200 novos leitos hospitalares até 2012 por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP), muito questionadas pelo Ministério Público, que vê a participação indevida do setor privado no SUS, essa meta está com indicador zero. Nada se fez.

Soma-se à falta de hospitais públicos a demora no atendimento. O Observatório Cidadão, vinculado ao Movimento Nossa São Paulo, divulgou, em março de 2010, a Pesquisa IRBEM-MNSP/Ibope que demonstrou que a população precisa aguardar tempo médio de 65 dias para realizar uma consulta e nos casos de agendamento de cirurgia a espera eleva-se para 162 dias. Quando o caso é tratamento de pessoas viciadas em álcool e drogas, as vagas para internação são insuficientes e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS AD) não conseguem atender toda a demanda existente.

Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, auditoria técnica realizada pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) apontou que a Prefeitura de São Paulo não teve controle sobre os R\$ 1,4 bilhão que saíram dos cofres municipais em 2009 para o pagamento dos serviços feitos pelas Organizações Sociais (OSs) na área da saúde pública da capital, apesar da existência do Núcleo Técnico de Contratação de Serviços em Saúde (NTCSS) para realizar esse controle e a fiscalização das entidades. Entre as irregularidades verificou-se a inexistência de contas correntes específicas para repasses e movimentação de valores das OSs. Ou seja, configurou-se opaca e inviabilizada a transparência necessária, bem como o controle da movimentação financeira das entidades.

Educação: da oferta de vagas à qualidade do ensino

O descontentamento da população também se estende à educação. No decorrer da primeira semana de fevereiro deste ano, os meios de comunicação noticiaram inúmeros casos de pais ou responsáveis que não localizaram os nomes dos seus filhos nas listas divulgadas pela Secretaria Municipal de Educação para este ano letivo. Pior que isso foi não conseguir a solução do problema nas secretarias escolares e nas diretorias regionais de

ensino. Os conselhos tutelares e o Ministério Público passaram a ser procurados para a garantia das vagas dessas crianças nas creches e escolas.

Como em anos anteriores, desde 2005, também neste a Prefeitura de São Paulo não garantiu vagas suficientes nas creches e nas escolas municipais para as crianças que devem freqüentar o ensino em 2011. A Secretaria de Educação de São Paulo chegou a negar a falta de vagas no ensino fundamental. Mas o sistema de matrículas que deveria levar em conta a proximidade entre a casa e a creche ou a escola, excluiu crianças ou colocou irmãos em escolas diferentes e distantes uma da outra. Os fatos falam mais alto!

O direito à educação é lei. Está previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Estatuto da Criança e do Adolescente que todos têm direito ao ensino público e gratuito. E mais: é obrigação dos governos, municipal e estadual, oferecerem vagas em escolas próximas à residência dos alunos.

Crianças que durante as últimas semanas alimentaram a expectativa de estudar vêem seus sonhos frustrados. Pais, mães ou responsáveis muitas vezes necessitam faltar ao trabalho para buscar as vagas nas creches e nas escolas e, por fim, sentem-se enganados. O descaso em algumas regiões é tão grande que estavam chamando em fevereiro de 2011, as crianças que solicitaram vagas no ano de 2009.

A Prefeitura publicou em seu site, no início deste ano, que o Hospital M' Boi Mirim, situado na Zona Sul de São Paulo, chegou à marca de 10 mil partos desde o início de seu funcionamento, em julho de 2008. Segundo o IBGE, os nascidos vivos na capital, em 2009, chegaram a 172.738. Lamentavelmente, tamanha precisão ainda não é aplicada ao sistema educacional e não se consegue atender a demanda escolar. Pois bem, são milhares de crianças a necessitar de vagas em creches e escolas. Na atual gestão municipal, com certeza, não há garantias de que serão tratadas com igualdade e não terão seu direito à educação assegurado.

O repasse do salário-educação pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação aos estados e municípios é recorde em 2011. O estado de São Paulo é o que mais vai receber em repasses, cerca de R\$ 2,9 bilhões. Como os valores são destinados de acordo com o número de matriculados, a capital será a maior beneficiada. O dinheiro pode ser aplicado no transporte escolar, na construção, reforma e adequação de prédios escolares, na capacitação de professores, na aquisição de material didático-pedagógico e em equipamentos. Será feito assim pela atual administração municipal?

Está em análise o Projeto de Lei n.º 8039/10, do Poder Executivo, que permite a proposição de Ação Civil Pública para responsabilizar a União, o Distrito Federal, estados e municípios por atos ou omissões que comprometam ou ameacem o direito à educação básica pública. Segundo o Projeto, a Ação poderá ser proposta para assegurar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública; e para garantir a execução de convênios, ajustes e termos de cooperação celebrados entre os entes federados. Bom instrumento processual para responsabilizar os maus gestores, como no caso da administração da capital paulista, que ainda não garantem o acesso de toda criança à escola, seja por falta de vagas, seja por não implantarem programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O direito à educação está assegurado na Constituição de 1988 e o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. O que não pode mais acontecer é vermos todo ano crianças fora da escola por falta de vaga numa cidade com tanta riqueza como é São Paulo. É preciso garantir o mínimo com urgência para alcançarmos a qualidade do ensino na escola pública.

Transportes: São Paulo precisa avançar

Se há um setor em que São Paulo parou foi o de transportes. O Governo do PT deixou a cidade, em 2004, com nove corredores de ônibus exclusivos em pleno funcionamento, terminais e ônibus novos. Essas melhorias empreendidas e a redução dos custos nos itinerários com a integração pelo bilhete eletrônico levaram proprietários de automóveis a optar pelo meio de transporte coletivo pela sua rapidez.

Desde 2005 os corredores de ônibus, denominados Passa-rápido, perderam sua exclusividade, estão lentos. O trânsito não flui e os passageiros, apesar de tantos protestos, vêem pouca melhoria da situação. O jornal Folha de São Paulo abordou a problemática da lentidão nos corredores, em maio passado, consultando o especialista na área de engenharia de trânsito, Jaime Waisman, professor da Poli-USP, que afirmou: *"O ônibus é mais prejudicado pelo congestionamento. O ônibus não tem sido atrativo em razão da baixa velocidade, do excesso de lotação, da viagem mais longa. O ideal é que os ônibus andem a pelo menos 20 km/h nos corredores"*. Obteve essa velocidade média no governo petista nos anos 2003 e 2004. Hoje oscila entre 16 e 18 km/h.

A situação do transporte público em São Paulo, infelizmente, não tem boas perspectivas. No Orçamento 2011, a atual gestão reservou simbolicamente apenas R\$ 2.000,00 para terminais, o mesmo valor para o Rodoanel e Metrô e apenas R\$ 1 milhão para corredores. É um péssimo sinal, revela que não há projetos desenvolvidos. As obras prometidas para M' Boi Mirim (Sul), Celso Garcia(Leste) e Cidade Tiradentes(Leste), de corredores passaram a monotrilhos-trens e, posteriormente, metrôs. O metrô levará de 4 a 6 anos para ser instalado. A população dessas regiões continuará padecendo com a ineficiência das medidas.

Em janeiro deste ano, as intenções mudaram completamente e as obras municipais já se destinam para outros trajetos: uma faixa exclusiva na Radial Leste, entre o Parque D. Pedro II e Avenida Aricanduva; corredor Capão Redondo-Campo Limpo-Vila Sônia; corredor Casa Verde-Rio Branco-Centro e outro na Berrini.

A desaprovação da população, medida por pesquisa Ibope encomendada pela ONG Movimento Nossa São Paulo, com levantamento feito entre os dias 29 de novembro e 12 de dezembro de 2010, não abrange apenas o custo da passagem. Segundo a pesquisa, que avalia a qualidade de vida do paulistano, 70% dos entrevistados se mostraram insatisfeitos quanto à restrição aos ônibus fretados, ao tempo de espera nos pontos de coletivos e a pontualidade do serviço. O aumento da tarifa de R\$ 2,70 para R\$ 3,00 provocou inúmeras manifestações por parte da população, sobretudo dos estudantes. A administração municipal se mostrou pouco afeita às negociações e não faltaram incidentes de violência por parte da polícia.

Atuação firme de oposição e no legítimo papel de fiscalizador dos atos do governo, a bancada do PT na Câmara de Vereadores, após avaliação da planilha em que se fundamentou o aumento da passagem e averiguação da inconsistência dos números, protocolou mandado de segurança contra o aumento abusivo. A população de São Paulo merece respeito.

O PAC 2 investirá R\$ 18 bilhões na melhoria do transporte nas grandes cidades de todo o País. São Paulo deverá ser contemplada pelo PAC Mobilidade Grandes Cidades e receber recursos para ampliar a capacidade de locomoção e melhorar a infraestrutura do transporte público coletivo. Os projetos podem incluir sistemas de transporte sobre pneus, como corredores de ônibus exclusivos e de Veículos Leves sobre Pneus (VLP/BRT), e também sistemas sobre trilhos, como trens urbanos, metrôs e Veículos Leves sobre Trilhos (VLT).

Ainda no âmbito dos transportes, a capital paulista também será beneficiada pela implantação e operação do Trem de Alta Velocidade (TAV), que interligará as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. As obras e serviços irão gerar empregos diretos e indiretos. A operação do TAV será um significativo acréscimo à mobilidade e à promoção no fluxo turístico, cultural e econômico-financeiro entre esses municípios da região sudeste.

Desenvolvimento urbano e social, urgente

Graças ao bom desempenho da economia brasileira, o índice de desemprego em São Paulo também caiu, passando de 11,9%, em dezembro de 2009 para 10,1% no último mês de 2010, segundo dados da Fundação Seade e do Dieese. Essa é a menor taxa mensal registrada desde 1991. Está criada uma conjuntura favorável para alavancar o crescimento dessa metrópole com geração de emprego e renda. Embora São Paulo tenha destaque por seu desenvolvimento industrial, devemos ponderar que isso não indica desenvolvimento econômico e qualidade de vida na mesma proporção.

Nossa população paulistana, especialmente a juventude, se vê sem horizonte, sem perspectiva com a falta de políticas urbanas e sociais capazes de responder e corresponder aos seus anseios. Basta lembrar que são altos os índices de desemprego entre os jovens. E os que estão empregados têm seu mundo reduzido à lógica do trabalho de dia e escola à noite, ou quando muito o futebol no final de semana. É diante da ausência de esperanças, de um sonho de futuro e sem apoio em sua formação que esse jovem torna-se vítima do vício, da droga, o que desagrega e destrói sua família.

São Paulo precisa avançar e solucionar problemas que travam seu desenvolvimento urbano e social, incluir de uma vez por todas as mulheres, os negros e os jovens, crescer como pólo tecnológico e científico, planejar ações contínuas para erradicar a pobreza, reverter sua expansão desordenada, oferecer novas oportunidades de emprego para a população economicamente ativa e prestar serviços públicos de qualidade.

Hoje, para dar conta desses desafios é preciso compreender as demandas da cidade, bem como as diferentes formas de manifestações da sociedade. Existem elementos e agentes políticos que são novos para nós. Destaque especial para a força das chamadas redes sociais na internet, que podem ser instrumentos de consulta popular e mesmo de acompanhamento da sensibilidade do nosso povo. Há, ainda, atores de lutas populares sociais expressivas como a mobilização pelo Passe Livre, o Movimento Nova Luz e o profícuo debate

sobre a mudança de zoneamento da cidade, entre outros. São questões contemporâneas que precisamos ter formulações e propostas.

Com vistas a 2012, portanto, com uma acertada política de alianças, nosso estreitamento de relações e atuação junto aos movimentos sociais organizados, candidatura própria petista e programa de governo inovador, exploração das contradições e ineficiência administrativa da atual gestão municipal e correta abordagem acerca do papel do governo federal no aporte às políticas públicas na capital paulista temos um arcabouço que nos capacita para a retomada da hegemonia política na capital política.